ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TERCEIRA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2001.

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, às dezenove horas e cinqüenta e cinco minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo, em sua Sede, sob a Presidência da vereadora Lori Magdalena Messer, estando ainda presentes os seguintes edis: Ricardo Trierweiler, Angelino Ferreira Neckel, Airton José Weber, Luiz José Spaniol, Dário José Kuhn, Adelar Henrique Schmitt, José Lauri Brill, e Paulo Antônio Medtler. A Presidente declarou aberta a Reunião, e solicitou, de imediato, ao Secretário da Câmara, servidor Cesar Alberto Karling, a procedência da leitura da Ata da audiência pública que havia visado discutir com a população o projeto de lei que orçava a receita e fixava a despesa do município de Presidente Lucena-RS para o exercício de 2002, realizada no dia 12(doze) de dezembro de 2001(dois mil e um). Colocada em discussão, ninguém se manifestou. Passando-se à votação, foi a mesma aprovada com 3(três) votos favoráveis e 5(cinco) abstenções. Votaram a favor os vereadores José L. Brill, Paulo A. Medtler e Angelino F. Neckel. Abstiveram-se de votar os vereadores Ricardo Trierweiler, Airton J. Weber, Luiz J. Spaniol, Dário J. Kuhn e Adelar H. Schmitt por não terem participado da audiência. Após, pediu a Presidente da Mesa Diretora, ao Secretário da Câmara que procedesse a leitura da Ata da reunião ordinária anterior. Procedida a leitura, colocou-a em discussão, sendo que ninguém se manifestou. Passando-se à votação da mesma, foi aprovada por unanimidade. Em continuidade passou-se a leitura da **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**, onde constavam: Do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Conselheiro Helio Saul Mileski, cartão com mensagem de Natal. Do Senhor Romeo Ivo Bauermann, cartão com mensagem de Natal e próspero Ano Novo. Do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, o Ofício SGMP1723/2001, informando a aprovação da emenda Constitucional que autorizava os municípios brasileiros a instituírem taxa destinada ao custeio da iluminação pública. Da Deputada Luiza Erundina de Sousa, o Of.Circ.Pres.Exnº46/2001, enviando exemplar da Cartilha da Comissão de Legislação Participativa, contendo orientações para o exercício do direito de participação junto ao Poder Legislativo. Do vereador Adelar H. Schmitt, o Of.nº012/AHS/2001(ofício número zero doze barra dois mil e um) solicitando o adiamento por uma sessão, da votação do Projeto de Lei Nº030/2001(número zero trinta barra dois mil e um), que orçava a receita e fixava a despesa do Município de Presidente Lucena-RS para o exercício de 2002(dois mil e dois) e dava outras providências. Em continuidade passou-se às **EXPOSICÕES PESSOAIS**. Expôs a Presidente da Mesa Diretora, que nenhum edil havia se inscrito para usar da palavra neste espaço, e portanto passaria-se, de imediato, à apreciação da solicitação apresentada. Pediu ao Secretário da Câmara, servidor Cesar A. Karling, que procedesse a leitura da mesma. Procedendo o Secretário da Câmara, a leitura do Of.nº012/AHS/2001(ofício número zero doze

barra dois mil e um) que solicitava o adiamento por uma sessão, da votação do Projeto de Lei Nº030/2001(número zero trinta barra dois mil e um), que orçava a receita e fixava a despesa do Município de Presidente Lucena-RS para o exercício de 2002(dois mil e dois) e dava outras providências. Colocado em discussão, ninguém se manifestou. Passando-se à votação da solicitação, foi a mesma rejeitada com 5(cinco) votos contrários e 4(quatro) favoráveis. Votaram contra, os vereadores José L. Brill, Paulo A. Medtler, Ricardo Trierweiler, Angelino F. Neckel e a vereadora Lori M. Messer. Votaram a favor, os vereadores Airton J. Weber, Luiz J. Spaniol, Dário J. Kuhn e Adelar H. Schmitt. Considerando que a princípio havia ocorrido empate, fez-se necessário o voto da Presidente da Mesa Diretora. Em seqüência, passou-se para a **ORDEM DO DIA**. Estando na pauta o Projeto de Lei Nº030/2001(número zero trinta barra dois mil e um), que orçava a receita e fixava a despesa do Município de Presidente Lucena-RS para o exercício de 2002(dois mil e dois) e dava outras providências. Solicitou a Presidente da Mesa Diretora, ao Presidente da Comissão Geral de Pareceres, que apresentasse o parecer ao Projeto de Lei. Procedendo dessa forma o Presidente da Comissão Geral de Pareceres, vereador Ricardo Trierweiler. No parecer, a Comissão manifestou-se favorável ao Projeto de Lei, considerando que atendia o disposto na Constituição Federal, Lei Complementar Nº101/2001, contemplando as metas com os valores necessários para o próximo exercício financeiro. Colocado o Projeto de Lei em discussão, indagou o vereador Adelar H. Schmitt, se alguém havia pensado em apresentar emenda, uma vez que certamente todos haviam observado que os valores apresentados para algumas metas não coincidia com esse das emendas aprovadas ao Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias. Expôs o vereador Adelar H. Schmitt, que todos haviam sido favoráveis às emendas, mas ninguém havia se interessado em corrigir a diferença de valores apresentadas no Orçamento para o próximo ano. Disse que no fundo, no fundo, havia gente que não se preocupava com os universitários. Observou o vereador Ricardo Trierweiler que o Prefeito tinha autorização para abrir créditos suplementares até o limite de 50%(cinquenta por cento) do orçamento. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt, que estava-se dando 50%(cinquenta por cento) ao Prefeito, para remanejamento, mas, indagou, se algum dos vereadores da situação tinha certeza absoluta de que o Prefeito liberaria a verba para os universitários. Expôs no instante o vereador Ricardo Trierweiler, que se alguém quisesse ter apresentado emenda, que tivera tempo o suficiente. Observou o vereador Adelar H. Schmitt, que ainda havia tempo, e que por isso havia feito o pedido de adiamento da votação do Projeto de Lei. E que era complicado fazer emenda ao orçamento, pois não seria simplesmente tirar de um e colocar no outro. Destacou o vereador Ricardo Trierweiler que no presente ou no dia seguinte também seria complicado. No momento disse o vereador Adelar H. Schmitt, que levava tempo elaborar emendas, e que esse prazo de uma semana teria sido o tempo necessário. Mas se a situação assinava em baixo, e que tinham a certeza de que os universitários receberiam as bolsas, não se preocuparia com isso. Também o vereador Airton J. Weber, comentou, que estranhara o fato de o Prefeito ter sancionado o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias com as emendas do vereador, e agora não constarem esses

valores no orçamento. Expôs novamente, o vereador Ricardo Trierweiler, que o Prefeito poderia usar os 50%(cinquenta por cento) de créditos suplementares para remanejar os recursos conforme as necessidades. Indagou o vereador Airton J. Weber, ao vereador Ricardo Trierweiler, se esse tinha certeza de que o Prefeito faria isso. Ainda comentou o vereador Airton J. Weber, que no plano de governo do Prefeito constava que esse daria continuidade a concessão de bolsas no valor de 50%(cinquenta por cento) aos universitários e que agora não iria manter a palavra. Indagou o vereador José L. Brill, ao vereador Airton J. Weber, como esse poderia ter certeza de que o Prefeito não daria continuidade, se por acaso havia recebido algo assinado pelo chefe do Executivo de que não o faria. Expôs o vereador Airton J. Weber, que o Prefeito havia enviado comunicado aos universitários informando que seriam rescindidos os contratos. E perguntou ao vereador José L. Brill, se esse garantiria a continuidade da concessão de bolsas no valor de 50%(cinquenta por cento) das mensalidades. Respondeu o vereador José L. Brill, que não era o Prefeito para dar garantias. Passando-se à votação do Projeto de Lei, foi o mesmo aprovado com 5(cinco) votos favoráveis e 3(três) abstenções. Votaram a favor, os vereadores José L. Brill, Paulo A. Medtler, Ricardo Trierweiler, Angelino F. Neckel e Airton J. Weber. Absteram-se de votar, os vereadores Luiz J. Spaniol, Dário J. Kuhn e Adelar H. Schmitt. Após, passou-se para o período do **GRANDE EXPEDIENTE**, onde estava inscrito o vereador José L. Brill. Considerando o mesmo, concedeu-lhe a Presidente da Mesa Diretora a palavra. Fazendo uso dessa, expôs que faria uso desse espaço para fazer alguns comentários, sobre o que havia aparecido no jornal, sobre o Governo do Estado. Expôs que constava que o Governo havia investido na agricultura R\$547.000.000,00(quinhetos e quarenta e sete milhões de reais), mas que até agora não haviam vindo os tratores, para que a Prefeitura os usasse na prestação de serviços para os agricultores. E, quanto a saúde, diziam ser a melhor do País, com R\$1.000.000.000,00(um bilhão de reais) investidos, mas que até agora não havia aparecido nem a primeira parcela da saúde solidária, e que deveriam ter vindo R\$36.000,00(trinta e seis mil reais). Ainda expôs, que na área da segurança, quantas vezes havia sido solicitada viatura nova, a qual não havia aparecido. Disse que a comunidade tinha que se virar, consertar viatura que o Estado havia se negado a reparar, por considera-la muito velha. Só que para cá, tinha-se que se virar, tanto que o sargento Janier estava correndo atrás, não medindo esforços para que fosse consertada. Ainda referente aos pedidos de informação encaminhados em 4(quatro) de julho ao coordenador do Orçamento Participativo, Luiz Fernando Heilmann, ainda não havia vindo resposta. Também lembrou a obra executada no lixão, onde havia sido entregue a prestação de contas ao Governo do Estado, da parcela de 07(sete) de novembro, no valor de R\$16.018,00(dezesseis mil e dezoito reais) e apesar de concluída a obra, não havia aparecido o valor da primeira parcela, nem da outra. Disse que a obra estava concluída, a prestação de contas feita, mas não havendo a liberação dos recursos, e comentou, até quando o empreiteiro receberia o dinheiro. Concluída a manifestação do vereador José L. Brill, aproveitou a Presidente da Mesa Diretora, a oportunidade para desejar um bom Natal e dizendo que nem tudo haviam sido flores em dois mil e um,

e se haviam existido espinhos, esses haviam sido como incentivo. E ao saldo positivo de alegrias juntava-se a satisfação maior de ter-se contado sempre com a colaboração do povo. Disse que dessa forma gostaria de desejar um feliz e abençoado Natal a todos. Por último agradeceu a Presidente da Mesa Diretora aos munícipes por terem prestigiado a Reunião e declarou-a encerrada, convocando a seguinte, em caráter ordinário, para o dia 26(vinte e seis) de dezembro, do corrente ano, às dezenove horas e trinta minutos, no mesmo local. E, para constar, Cesar Alberto Karling, Secretário da Câmara, elaborou a presente Ata, a qual após lida e aprovada será subscrita pelo Secretário e Presidente da Mesa Diretora.

SECRETÁRIO

PRESIDENTE